

TRADUÇÃO LEIGA: GARFINKLE, Steven J. “Ancient Near City-States” in SCHIDEL, Walter; BANG, Peter F. **The Oxford Handbook of the State in the Ancient Near East and Mediterranean**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

CAPÍTULO 3 - CIDADES-ESTADO DO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

INTRODUÇÃO

Nas mais tradicionais introduções à história do mundo, aprendemos que a civilização começou nas cidades-estado do antigo Oriente Próximo. A revolução urbana que tomou forma na Mesopotâmia do quarto milênio AEC foi um dos poucos exemplos do primitivo desenvolvimento da civilização complexa e suas correspondentes características, como o surgimento do estado. Meu objetivo é analisar a natureza e o funcionamento da cidade-estado no antigo Oriente Próximo. O significado duradouro destes centros urbanos através da antiguidade próxima¹ adiciona valor a este estudo. Como veremos na parte final deste capítulo, o desenvolvimento das políticas territoriais e regionais que substituíram as cidades-estado não fugiram da visão “cidade-centrada”² da população. Além disso, os centros de poder nesses reinos, como na Babilônia e na Assíria, foram as anteriormente independentes cidades-estado de nossa era.

Minha discussão sobre cidades-estado no antigo Oriente Próximo é dividida nas seções que se seguem. Na próxima seção, eu defino a cidade-estado nos termos sociais e espaciais. A seção seguinte é destinada a uma avaliação da nossa fonte material. Estamos bem longe do antigo Oriente Próximo tanto em tempo, quanto espaço; portanto é necessário não somente examinar as fontes variadas para nosso estudo, mas também entender suas limitações. A quarta seção é uma breve pesquisa sobre o desenvolvimento da cidade-estado, especialmente nos períodos históricos da Mesopotâmia primitiva³. As demais seções são dedicadas a discussão de quatro aspectos relacionados sobre o poder social: o desenvolvimento da ideologia da cidades-estado, o surgimento da realeza e de instituições do governo, a administração de uma economia integrada e os aparatos legais e militares que apoiavam essa administração. Na última seção,

¹ Nota de tradução livre, no original: “later antiquity”.

² Nota de tradução livre, no original: “city-centered”.

³ Nota de tradução livre, no original: “early Mesopotamia”

analiso o colapso do sistema cidade-estado e o crescimento de reinos territoriais na Mesopotâmia.

O QUE É UMA CIDADE-ESTADO?

A cidade-estado é definida aqui como uma entidade social, econômica e politicamente independente que apareceu pela primeira vez no sul da Mesopotâmia durante a “revolução urbana” no quarto milênio AEC. A cidade-estado era constituída, basicamente, por um núcleo urbano junto de arredores interioranos agricultores. A cidade murada era cercada por subúrbios, portos, pomares e campos (Van De Mierop 1997^a, 65). O centro urbano em si estava no topo da hierarquia das colônias menores. Estas, essencialmente cidades agricultoras e vilarejos, que se agrupavam entorno das cidades e as enxergavam como centros de culto e organizadores socioeconômicos. O rápido crescimento dos centros urbanos ao final do quarto milênio AEC⁴ significa que essas cidades comumente dependiam da exploração de comunidades rurais para sustentar a subsistência dos habitantes que não participavam da produção de alimentos (Pollock 2001, 194-195). Essa combinação distinta de colônias era idealmente autárquica. Certamente, essas cidades não viviam - e não poderiam viver - isoladas; mas, enquanto fosse mantida a subsistência, eles poderiam agir independentemente. Isso era verdade para a maioria das cidades-estado que prosperaram no antigo Oriente Próximo, apesar da grande ênfase dada ao “comércio” exterior e a competição entre Estados vizinhos. Ao longo da grande história do antigo Oriente Próximo, existiram exceções e estas eram, normalmente, cidades caravanas que montaram importantes rotas comerciais e, comumente, não tinham uma independência agricultora tão estabelecida quanto outras cidades-estado. Essas colônias também eram, geralmente, um desenvolvimento secundário que surgia em detrimento do crescimento dos sistemas de cidades-estado vizinhos.

Cidades-estado em geral não eram distintas culturalmente, pelo contrário: viviam em uma rede de cidades-estado que compartilhavam uma língua, material cultural e religião comuns (Trigger 2008, 56). Isto é válido ao longo de toda a antiguidade no Oriente Próximo. Os exemplos mais óbvios são as cidades-estado da Suméria e de Acádia ao sul da Mesopotâmia, a cidade-estado de Canaã na Sírio-Palestina e, posteriormente, as cidades-estado Fenícias na costa do Levante. Nesse aspecto, as poles gregas, com as quais estamos mais familiarizados, se assemelhavam às primeiras cidades-estado do Oriente Próximo. Esse sistema de cidades-estado

⁴ Nota de tradução livre, no original: “late fourth millennium AEC”.

era bastante extenso. Podemos identificar pelo menos quinze cidades-estado principais na Sumeria e um número similar no Canaã e na Fenícia.

No início do terceiro milênio AEC, as cidades-estado foram a forma dominante de comunidade política do Oriente Próximo. Isso inclui a área equivalente do Oriente Médio moderno e partes da Turquia e Irã, mas não engloba o Egito antigo (para informações sobre o Egito, veja anteriormente o Capítulo 2). Nas áreas abastecidas com chuvas do Crescente Fértil, as cidades-estado tendiam a ser mais dispersas, enquanto que na Mesopotâmia encontramos densos agrupamentos de cidades-estado. (O Crescente Fértil é definido aqui como o arco de terra que circunda a Mesopotâmia e que tinha abastecimento de chuva suficiente para suportar agricultura de sequeiro).

A cidade-estado no Oriente Próximo era um complexo político que, geralmente, se situava no centro de um agrupamento de colônias menores. Quais características especiais separavam uma cidade de um vilarejo na antiguidade? Certamente que o tamanho era importante, mas é comum a falta de informações demográficas precisas mesmo para períodos bem documentados da antiguidade; e os antigos também não se diferenciavam baseados em tamanho. Tanto na língua suméria quanto na acadiana, a palavra equivalente a “cidade” poderia ser usada para descrever pequenas cidades tal como poderosos centros urbanos. Sem saber a exata população destes centros antigos, podemos propor diversos critérios para descrever o que constituía uma cidade e, conseqüentemente, o núcleo de uma cidade-estado no antigo Oriente Próximo: muros, arquitetura monumental pública, hierarquia de colônias, uma classe profissional de artesões e uma complexa e integrada economia agrária sobre a qual uma elite administrativa exercia controle (Pollock 1999, 46-51).

Como veremos abaixo, as origens dessas cidades-estado no Oriente Próximo se dão sobre períodos que se iniciaram muito antes do advento da escrita. Discutirei esses processos de desenvolvimento, mas focarei a maior parte da minha atenção nos períodos históricos em que temos acesso a uma maior variedade de evidências, incluindo os textos e materiais que sobreviveram ao tempo.

FONTES PARA O ESTUDO DA CIDADE-ESTADO NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

Nossa evidência para as cidades-estado do antigo Oriente Próximo é rica e diversa, incluindo materiais físicos, fontes escritas e, mais recentemente, estudos comparativos de comunidades primitivas. A evidência pode ser abundante, mas também é distribuída desigualmente ao longo do tempo e do espaço. Para os períodos mais antigos da formação da cidade-estado, temos acesso à, exclusivamente, evidência arqueológica e à estudos antropológicos e econômicos da formação do Estado em eras mais recentes. Do começo do terceiro milênio AEC em sequência temos acesso à informação textual preservada em tabletes de argila e monumentos de pedra.

O estudo de centros urbanos no Oriente Próximo beneficiou desde as intensas escavações de cidades como Uruk, Ur e Ugarit à extensas pesquisas de superfície. As últimas duas décadas de agitação e perturbação no Iraque também resultaram num aumento de atenção dos arqueólogos para com áreas periféricas, como a Síria e a Anatólia, que vinham sendo menos foco de escavação e pesquisa.

Os textos advindos da era das cidades-estado, em sua maioria preservados em tabletes de argila, foram escritos em inúmeras línguas, incluindo sumério, acadiano e várias línguas semíticas ocidentais como o eblaíta e a ugarítica. As fontes escritas, apesar de desigualmente preservados, documentam a maior parte das atividades da elite urbana nas cidades-estado do Oriente Próximo (dentro dos próprios limites dessas fontes, veja Van De Mieroop 1997b). Infelizmente, a evidência documental somente se torna mais prolífica no Oriente Próximo quando as cidades-estado foram eclipsadas pela formação de Estados com território mais vasto. A garoa de textos se torna uma tempestade ao fim do terceiro milênio AEC. Isso não foi resultado de uma explosão literária, mas uma consequência do surgimento do Estado e o desejo de documentar as variadas atividades que ele supervisionava. Consequentemente, houve uma proliferação de textos literários e hinos, muitos dos quais exaltavam as virtudes da cidade e de seu comandante. Nós encontramos um aumento complementar no número de inscrições reais, especialmente aquelas que descrevem as atividades de edifícios do rei; e, claro, houve um tremendo crescimento no número de textos administrativos relacionados a gestão da economia e aos aparatos judiciais e militares do Estado.

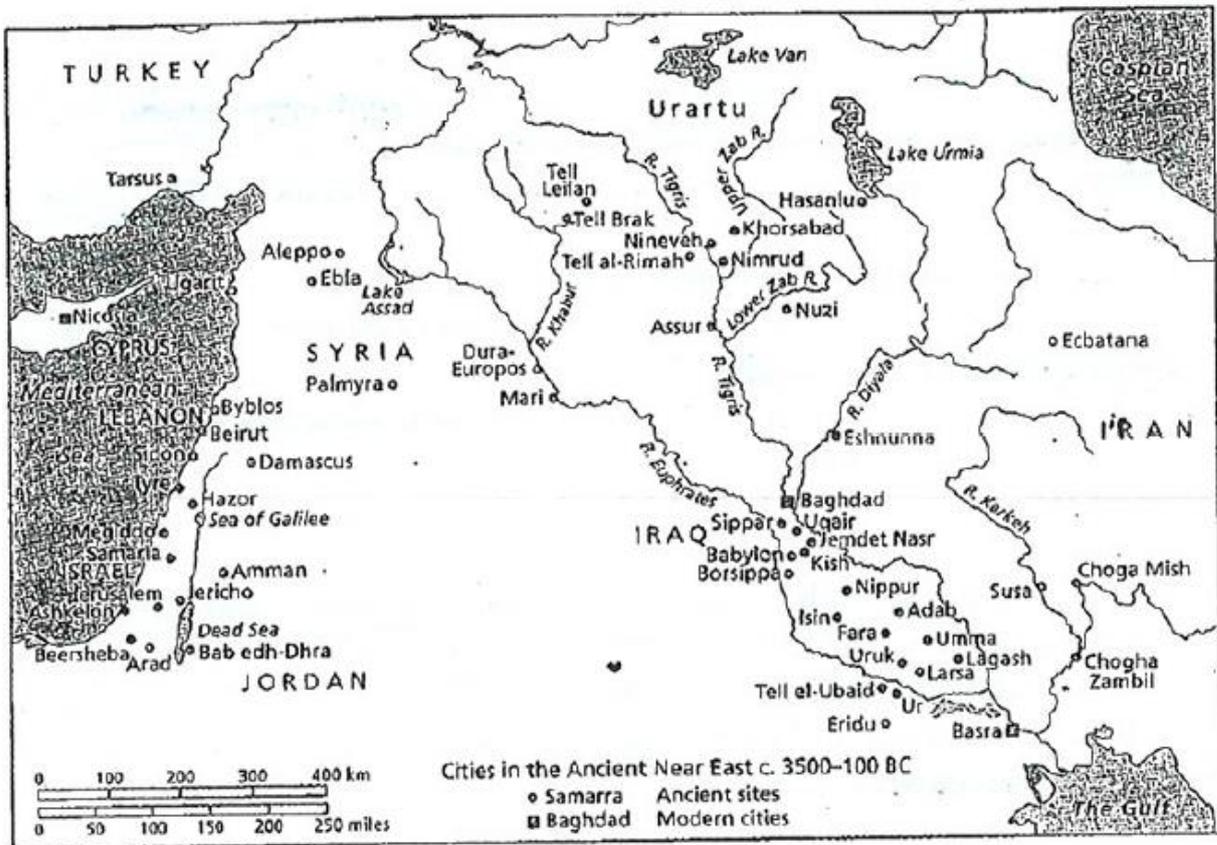
O quão tendenciosas são nossas fontes sobreviventes é especialmente relevante para o estudo da cidade-estado. Tanto a antiga elite letrada quanto o pesquisador acadêmico moderno

mostraram uma preferência distinta para a preservação e o estudo do desenvolvimento urbano e suas preocupações. As cidades têm recebido a maior parte da atenção pelos acadêmicos modernos precisamente porque se destacam muito proeminentemente nos registros arqueológicos. Cidades são mais fáceis de encontrar, elas deixam para trás impressões mais permanentes, e elas são a fonte de objetos magníficos que sempre trouxeram mais atenção. Como veremos abaixo, essa também já foi uma preferência expressada pelos residentes do Oriente Próximo. Eles focavam seus recursos e atenção no desenvolvimento urbano, e isso teve influência decisiva em quais traços sobreviveram de suas civilizações (van De Mieroop 1997a, 1-2).

O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES-ESTADO NO ORIENTE PRÓXIMO

Mesopotâmia, a terra entre os rios Tigres e Eufrates, foi por muito tempo conhecida popularmente como o berço da civilização. Era nas regiões vizinhas, contudo, onde existia chuva o suficiente para suportar a agricultura de sequeiro, que permitiu o estabelecimento dos primeiros vilarejos no antigo Oriente Próximo. Já pelo nono milênio AEC, o vilarejo de Jericó tinha muralhas. Essas muralhas atestavam o desenvolvimento de uma economia que não se baseava mais inteiramente em trabalhos para a subsistência. Um excedente da produção existia para permitir com que alguns trabalhadores fossem alocados para a construção da muralha. Além disso, existia uma autoridade que determinava como e onde essa muralha seria construída e por quem seria. As comunidades sedentárias primitivas do Levante foram capazes de se manter antes mesmo da revolução agrícola pois eram bem localizados e tiravam vantagem da abundância e variedade de recursos locais em regiões onde haviam numerosas espécies de plantas e animais selvagens. Comunidades como Jericó facilitaram a chegada da revolução agrícola fazendo com que os residentes da região se tornassem familiares à fauna e flora local, o que criou a domesticação. A especialização em construção se tornou cada vez mais importante durante o período neolítico, levando a significantes desenvolvimentos como o advento da cerâmica. Evidências arqueológicas também sugerem a existência de vastas rotas de comércio primitivas conectando o antigo Oriente Próximo. Obsidiana, uma rocha de vidro vulcânico, era altamente desejada na confecção de ferramentas e como item decorativo. Pesquisadores modernos podem determinar as origens específicas de uma peça particular de obsidiana. Como resultado, sabemos que durante o período Neolítico, obsidianas da antiga Antaólia foram comerciadas por todo o Oriente Antigo. Sítios como Jericó e Çatalhöyük, um vilarejo anatólio do fim do período Neolítico, aumentaram seu tamanho de 7 para 15 hectares e abrigaram

populações que excedião os milhares. Claro, não haviam ainda cidades como as definimos anteriormente.



Map 3.1 Cities of the Ancient Near East, circa 3500–100 BCE.

Ao fim do sexto milênio AEC existiram cidades e vilarejos espalhados ao longo do Oriente Próximo. Os padrões de assentamento eram similares através das regiões. Como a adoção da agricultura e a criação de animais foi mais difundida, surgiram assentamentos de tamanhos maiores e mais complexos. Isso era ainda mais válido no começo da Mesopotâmia no período Ubaid (Tabela 3.1). A crescente complexidade social e habilidades tecnológicas melhoradas eram as assinaturas das comunidades Ubaid na Mesopotâmia. Ao mesmo tempo, a maior parte desses sítios, como as áreas em volta do Oriente Próximo, não tinham mais que 10 à 15 hectares de tamanho.

A Mesopotâmia, onde as grandes cidades começaram primeiro a aparecer no quarto milênio AEC, foi caracterizada por duas amplas zonas ambientais (veja o mapa 3.1). Ao sul da Mesopotâmia, próximo da área de onde hoje se encontra Bagdad abaixo do delta pantanoso dos rios Tigres e Eufrates, encontramos uma ampla, chata, planície aluvial.

Table 3.1 Standard Periodization of Early Mesopotamia

Name	Years BCE
Ubaid Period	6000–4200
Uruk Period	
Early/Middle Uruk	4200–3300
Late Uruk	3300–3100
Jemdet Nasr	3100–2900
Early Dynastic Period	
Early Dynastic I	2900–2750
Early Dynastic II	2750–2600
Early Dynastic III	2600–2350
Dynasty of Akkad	2350–2150
Ur III Period	2112–2004
Old Babylonian Period	
Isin-Larsa Dynasties	2000–1800
First Dynasty of Babylon	1800–1600

Nessa zona, que seria mais tarde atravessada por numerosos canais construídos pelos Sumérios e Babilônicos, não existe chuva proveitosa, e toda a agricultura deve ser auxiliada por irrigação. A topografia também indicava que os canais de rios podiam rapidamente mudar seu curso sobre a planície. No sul da Mesopotâmia haviam três zonas ecológicas complementares: terras irrigadas, que poderiam produzir enormes lavouras; Estepes desertas, que eram usadas como pasto para vastos rebanhos de ovelhas e cabras; e os pântanos, que produziam cana, peixes, e aves aquáticas. Graças a topografia da área, o relacionamento entre essas zonas não era fixo e não havia uma tremenda variabilidade em pequenas distâncias tanto de tempo, quanto espaço. A arqueóloga Elizabeth Stone descreveu essa ambientação na cidade de Nipur:

Esses três nichos ecológicos diferentes não deveriam ser pensados como zonas distintas, mas como interligadas. A terra é tão plana que poucos fatores geográficos ditam sua localização. O sítio de Nipur foi encontrado no meio do pântano quando foi primeiramente escavado pela Universidade da Pensilvânia na década de 1890, foi rodeado por um deserto no meio da década de 1970, e dentro de sua zona de cultivo atual, e essa situação é típica para a maior parte do Iraque (Stone 2005, 143).

Essas zonas complementares permitiram a riqueza do desenvolvimento agricultor, e a variedade de recursos disponíveis para subsistência tendia a aliviar a instabilidade sazonal de

curto prazo em um ou outro desses regimes agricultores. Claro, fora essa diversidade ecológica, o sul da Mesopotâmia era conhecidamente desprovido de outros recursos naturais, sem depósitos proveitosos de metais e pouca disponibilidade de madeira robusta. O norte da Mesopotâmia, a área que seria mais tarde transformada no reino e império Assírio junto ao alto do rio Tigre, se assentava na zona de agricultura de sequeiro e era caracterizado pela menor diversidade ecológica próxima.

Ao longo do sexto e sétimo milênio AEC, essas duas regiões da Mesopotâmia se desenvolveram em paralelo (Stone 1995; Algaze 2008). Ambas foram lar para crescentes comunidades permanentes em regiões onde mais tarde se desenvolveriam fortes cidades-estado, especialmente nas áreas ao redor de Nipur e Uruk ao sul e Níneve ao norte. Ao fim do período de Ubaid, isso começou a mudar, enquanto o tamanho e a densidade dos assentamentos no sul da Mesopotâmia aumentavam substancialmente. Por fim, a revolução urbana que tomou lugar no sul da Mesopotâmia escalonou de tal maneira que apequenou todos os padrões de assentamentos anteriores no Oriente Próximo. Essa expansão de cidades deve ser imaginada de três formas. Primeiramente, o tamanho de assentamentos individuais crescia exponencialmente. Em segundo lugar, o número de cidades próximas umas das outras aumentou substancialmente; nas densas popularidades do sul da Mesopotâmia, as muralhas de uma cidade grande eram visíveis aos vizinhos mais próximos. E finalmente, a porcentagem da população que vivia dentro do ambiente urbano se expandiu tremendamente.

A Mesopotâmia Antiga no período de Uruk é chamada de “Coração das Cidades” (Adams 1981). Eu já introduzi alguns dos fatores ambientais que favoreceram o crescimento de cidades no sul da Mesopotâmia. Isso se juntou a inúmeras inovações tecnológicas do período de Uruk que levaram ao crescimento dessas comunidades. Melhorias na irrigação, o uso de tração animal para empurrar semeadeiras, e melhores ferramentas para colheita e processamento de grãos, tudo permitiu um tremendo crescimento na produtividade no sul da Mesopotâmia (Liverani 2006, 16-19).

Além disso, o ambiente continuou a moldar diretamente a inovação agricultora. No extremo sul da Mesopotâmia, a unidade agricultora predominante eram os campos longos e estreitos (Liverani 1997; Liverani 2006, 15-16). Esses campos, posicionados junto de canais, eram particularmente adequados para agricultura de irrigação e para o uso de semeadeiras. A manutenção desse sistema de campos necessitava de uma administração severa. Essa combinação de ambientação favorável e inovação tecnológica levou ao aumento de excedentes na produção que não permitiram apenas uma maior especialização em construção, mas também

criou um aumento na necessidade de administração. Conseqüentemente, surgiram profissionais urbanos específicos, aqueles que administrariam as crescentes instituições do estado. Essa é uma categoria que incluía padres, oficiais militares, agrimensores, contadores, e eventualmente escribas. Note que irei repetidamente usar o termo “administrador” em detrimento do termo “burocrata”. Isso é um reconhecimento de algumas das distinções fundamentais entre a administração institucional antiga e as mais recentes noções de burocracia racional (Garfinkle 2005; 2008^a).

As cidades emergentes ofereceram um lar e um mercado à fazendeiros e artesãos, proveu um centro de cultos para adoração e para identificação ideológica, e alojou uma elite urbana que organizou uma vida “pública” e que dependia de comércio estrangeiro de bens para manter seu *status*. Esses traços da vida urbana tiveram seu reflexo nos registros arqueológicos e textuais. Além disso, essas facetas da cidade primitiva aumentaram o número de teorias sobre suas origens. As teorias mais proeminentes enfatizam o papel da cidade como centro cerimonial, como estação de trocas e comércio, como local de armazenamento de excedentes, e como um lar para a autoridade redistributiva (Algaze 2008; Liverani 2006; Trigger 2003; Van De Mierop 1997^a).

Independentemente de suas origens, o crescimento das cidades-estado no Oriente Próximo ao longo do curso do quarto milênio AEC foi extraordinário. Sem dúvida, a grande proximidade entre tantas cidades no Sul foi um impulso para seu desenvolvimento próspero, e existiram competidores significantes entre elas. Ao fim do período Uruk, tiveram cidades na Babilônia central, como Nipur, que se aproximavam dos 50 hectares de tamanho, e a própria cidade de Uruk teve um aumento em sua área de mais de 100 hectares. Incluindo-se os assentamentos em seu entorno, um número notável de pessoas agora vivia nos centros urbanos do sul da Mesopotâmia. Talvez mais significativo que isso, as ideias da cidade se espalharam bastante ao longo daquela região em um processo comumente chamado de “a expansão Uruk” (Algaze 1993; 2008). Isso implicou na propagação da cultura urbana para as áreas ao entorno na planície Susiana (onde hoje se encontra o Irã), através das Cordilheiras de Zagros, e chegando à Síria e Anatólia. Alguns desses assentamentos podem ter sido “colônias” inspiradas diretamente pelo movimento dos Mesopotâmicos nessas áreas na busca pelo comércio de bens.

Muitas das cidades fora do sul da Mesopotâmia, como Tell Brak na Síria, já tinham se estabelecido, mas agora também estavam tomando características dos grandes centros urbanos.

No período Uruk mais tardio⁵, essas características incluíam arquitetura monumental, o maior número e o uso público de arte e escultura, divisão de trabalho complexa, administração redistributiva, e, ao fim da era, a escrita. Nós também temos evidências que indicam os inícios de produção em massa. Uma característica de sítios no Oriente Próximo durante a expansão Uruk foi o aparecimento potes de orla chanfrada. Esses eram potes rasos de argila com características de produção em massa que, aparentemente, eram usados para a distribuição de rações. Sua padronização é um bom indicador de uma administração centralizada, e sua vasta distribuição geográfica através do Oriente Próximo aponta à propagação de práticas, bem como de ideias (veja o mapa 2.2 em Van De Mieroop 2007).

As cidades do quarto milênio AEC eram administradas pelos governos das cidades-estado que providenciavam a construção pública, a manufatura de itens como os potes de orla chanfrada e a distribuição de rações. A escrita se desenvolveu na cidade de Uruk ao fim do período mais tardio da era. Os mais antigos documentos escritos demonstram uma preocupação, primariamente, em guardar informações econômicas e transferi-las através de tempo e espaço. Para que funcione efetivamente, um dos principais requerimentos de um sistema de escrita é a padronização. Isso é necessário para que o escriba de uma parte da cidade, ou de algum momento do ano, seja capaz de reconhecer a informação gravada por outro escriba em outra parte da cidade. Essa padronização surgiu principalmente no mundo antigo sob a tutela de grandes instituições. Portanto, tanto a presença da escrita quanto o conteúdo dos mais antigos documentos escritos atestam o crescimento da autoridade central nas cidades-estado.

Os primeiros tabletes de argila gravavam bens, primariamente de produção agricultora, que foram coletados, armazenados, e distribuídos em cidades como Uruk. No começo do terceiro milênio AEC a escrita começou a aparecer em áreas adjacentes como Síria e Irã. O advento da escrita também formou a necessidade de se criar um método para treinar escribas. Esses escribas iriam eventualmente formar as bases de uma classe primitiva de administradores letrados e matemáticos (Nissen, Damerow, e Englund 1993; Robson 2007). Entre os primeiros textos cuneiformes encontramos listas de sinais designados a ajudar os escribas em sua educação. Essas listas são algumas das nossas melhores fontes sobre a história primitiva da fundação do Estado. O mais expressivo desses textos antigos listava as numerosas profissões encontradas na cidade. As profissões eram colocadas em ordem hierárquica, informando-nos tanto sobre a divisão do trabalho quanto da divisão de autoridade dentro da cidade. A primeira

⁵ Nota de tradução livre, no original: “By the Late Uruk period[...]”.

posição na versão mais antiga desta lista não tem claro significado para os acadêmicos modernos, mas os Mesopotâmicos mais recentes equivaliam esta posição à sua palavra para realeza. Os títulos na lista cobrem numerosas áreas de autoridade na cidade incluindo a justiça e a administração da agricultura (Nissen, Damerow, e Englund 1993). Mais abaixo na lista nós encontramos jardineiros, cozinheiros, artesãos, e assim por diante. A lista mostra a ordem social para todos os habitantes da cidade. Essa lista continuou a ser copiada do quarto milênio AEC até o período da Babilônia Antiga na primeira metade do segundo milênio AEC.

Evidências históricas artísticas podem ser usadas para deduzir os mesmos desenvolvimentos sociais nas cidades-estado Mesopotâmicas. O Vaso de Uruk está entre os mais famosos objetos da antiga Mesopotâmia e data para a mesma era desses textos primitivos (Bahrani 2002). O vaso ilustra como indivíduos eram concebidos com respeito ao seu ambiente e aos outros. Nas três inscrições mais inferiores, o mundo natural foi retratado na forma de suas recompensas agrícolas, primeiro a água, então talos de grão, e finalmente pares de ovelhas. Na inscrição do meio, tem uma longa linha de homens nus que caminham carregando jarras e vasilhas. Esses eram trabalhadores dependentes. Na inscrição superior, oficiais com roupas variadas recebem a produção da comunidade e dedicam a produção a deus Inanna, que aparece na frente de seus símbolos e era uma das principais deidades da cidade de Uruk. Uma figura se destaca como um gigante entre os oficiais. Se assume que essa figura seja o líder mencionado no topo da arcaica lista de profissões.

No nascimento da era histórica, as cidades do sul da Mesopotâmia já eram enormes. Novamente, a mais conhecida dessas cidades através de escavação arqueológica é Uruk. No início do Período Dinástico Arcaico (ca. 2900 AEC), as muralhas de Uruk envolviam a cidade de mais de 5 quilômetros quadrados, mais que duas vezes o tamanho da Atenas do século V AEC (Nissen 1988, 71-72). O tamanho físico das cidades é uma óbvia prova de sua importância, mas o nível de urbanização ao fim do período Uruk é igualmente surpreendente. As estimativas variam, mas aparentemente entre 50 e 80 por cento da população do sul Mesopotâmico viviam dentro de suas cidades (Algaze 2008, 106). O tamanho de diferentes cidades-estado poderia variar tremendamente. O que era significativo para a concepção da cidade era que essa possuísse as características identificadas anteriormente, como muros, arquitetura pública monumental, hierarquia colonial, uma classe profissional de artesãos, e uma complexa e integrada economia agrária sobre a qual uma elite administrativa exerça controle. Baseados em registros arqueológicos, nós temos melhores estimativas sobre o tamanho de um centro urbano que era cercado por muralhas. Assim sabemos que, no terceiro milênio AEC, Abu Salabikh era uma

cidade de uns 20 hectares enquanto Uruk chega próximo de 500 hectares. Talvez as cidades mais normativas tivessem entre 60 e 75 hectares, como Ur e Mashkan-shapir ao sul e, mais tarde, Shubat-Enlil ao norte (Van De Mierop, 1997^a, 94-95). Nós devemos notar que em eras mais tardias da história da Mesopotâmia, as capitais cresceram a tamanhos enormes, sustentadas pelos sistemas administrativos e de transporte de comunidades imperiais da Assíria e da Babilônia. O tamanho do território da extraordinária cidade de Uruk ainda era bastante pequeno em termos comparativos, sustentados por uma zona de campos de cultivo com 14 quilômetros de comprimento (Adams 1981, fig. 24). Existia uma variedade de fatores que impediram o crescimento territorial de cidades na zona da agricultura de sequeiro do norte da Mesopotâmia e vizinhas da Síria, e eles eram provavelmente limitados a um raio de aproximadamente 15 quilômetros (Wilkinson 1994).

Um bom exemplo do tamanho desses estados arcaicos era Umma, que tinha uma longa e bem documentada história como uma cidade-estado mor na Mesopotâmia. Nós somos bem informados sobre o tamanho de Umma quanto fora incorporada como uma província no reino da Terceira Dinastia de Ur ao fim do terceiro milênio AEC. O território de Umma, que incluía uma certa quantidade de pequenas cidades e vilarejos, era de aproximadamente 2000 quilômetros quadrados, aproximadamente 40 por 50 quilômetros (Adams 2008, 6). Umma era uma proeminente cidades-estado sumeriana e provavelmente estava entre as maiores unidades territoriais, apesar de menor que o seu estado vizinho de Lagash. O território de Umma era cruzado por numerosos canais, contudo, apenas uma fração da terra estava sob cultivo ativo (Dahl 2007, 36). Isso chama atenção ao fato de que, apesar desses estados estarem amontoados na Mesopotâmia, comumente havia mais terra que o suficiente para sustentar cada estado. A limitação no tamanho desses estados estava mais ligada à água e ao trabalho que à terra.

O Período Dinástico Arcaico foi o auge da cidade-estado Mesopotâmica. Esse longo período testemunhou o aumento das cidades-estado e a crescente propagação da escrita. Começando por volta de 2600 AEC o comércio e o contato aumentaram entre as cidades-estado Mesopotâmicas e as áreas ao seu redor (Van De Mierop 2002). A riqueza criada nessas cidades-estado é talvez mais evidente nas tumbas reais da Ur da Dinastia Arcaica. Da mesma era, também encontramos evidências textuais que apontam a propagação da cidade-estado para outras áreas do Oriente Próximo.

Nossas fontes também indicam que pelo menos a partir do meio do terceiro milênio AEC existia uma grande quantidade de conflitos entre cidades no sul da Mesopotâmia.

Enlil, rei de todas as terras, pai de todos os deuses, pelo seu comando autoritário, demarcou a fronteira entre Ningirsu e Shara. Mesalium, rei de Kish, ao comando de Ishtaran, o marcou e ergeu um monumento lá. Ush, comandante de Umma, agiu de maneira arrogante: ele destruiu o monumento e marchou no plano de Lagash. Ningirsu, guerreiro de Enlil, ao seu comando, batalhou contra Umma (Cooper 1986, 54-55).

Esse texto documenta um episódio em que acadêmicos modernos classificaram como um conflito de fronteiras entre Lagash e Umma. Esse conflito durou aproximadamente 150 anos (2500-2350 AEC) e foi recontado em numerosas fontes de Lagash (Cooper 1983). As duas cidades lutaram pelo controle de algumas terras muito férteis ao longo de suas fronteiras. Esse conflito foi imaginado por seus participantes como um jogo entre os deuses também. De pois de tudo, os próprios deuses representaram suas cidades inteiras (Ningirsu por Lagash e Shara por Umma). Kish era uma cidade-estado vizinha ao norte de Umma e Lagash, na Babilônia central. Claramente, em algum ponto, seu rei fora poderoso o suficiente para agir como um árbitro e estabelecer uma fronteira entre os combatentes. Ele o fez sob o comando de seu deus, Ishtaran; e, claro, todas as ações foram empreendidas ao comando de Enlil, o cabeça do panteão Sumeriano que fez seu lar na cidade de Nippur. O texto captura a hierarquia que os mesopotâmicos acreditavam controlar seus destinos. A cidade era ela própria lar de um deus, e esse deus sancionou as ações do rei.

A Lista de Reis Sumerianos, que foi redigida ao final da longa era das cidades-estado, foi certificada por reis que esperaram suplantar a ideologia da cidade-estado independente. A maior parte da “história” documentada pela lista se encontra no Período Dinástico Arcaico e o texto se destaca como um marco para a durabilidade da ideia de cidade-estado. A lista criou uma história ficcional da Mesopotâmia na qual o reinado sempre foi exercido sobre a região inteira apenas por uma cidade. (Para uma tradução, veja o Corpo de Texto Eletrônico da Literatura Suméria, etcsl.orinst.ox.ac.uk⁶). Esse era o caso aos estágios finais do terceiro milênio AEC, mas não era normativo de nenhuma maneira. Os reis retratados no final da lista exerceram tal autoridade singular e o texto refletiu o desaparecer da independência das cidades-estado. Ao mesmo tempo, ele reforçou a noção das cidades como lar natural do poder (Van De Mieroop 1997a, 49).

Na Mesopotâmia a era da cidade-estado chegou ao seu litigioso fim no começo do segundo milênio AEC depois de um longo período de disputa entre diferentes dinastias, cada qual mirando o controle completo do sul da Mesopotâmia. Um padrão similar surge no norte

⁶ O tradutor tomou a liberdade de atualizar o hiperlink pois o original não correspondia à página atualizada, acesso em: **abril de 2020**.

da Mesopotâmia com a criação dos reinos ao longo do Tigres e no norte da Síria. Esses reinos do Norte dominaram até mesmo antigas cidades-estado como Mari na grande curva do Euphrates. Mais além ao oeste, contudo, na costa da Síria e abaixo de Lebanon e Israel, cidades-estado como Ugarit, Byblos, Hazor e Megiddo continuaram a prosperar.

De fato, a cidade-estado sobreviveu mesmo com o crescimento do poder dos novos reinos territoriais. Uma famosa carta da Mari do décimo oitavo século AEC trata de ambos os aspectos desse processo.

Nenhum rei realmente tem poder por ele mesmo. De dez a quinze reis seguem o código Hamurabi da Babilônia, Rim-Sin de Larsa, Ibal-pi-El de Ensuna ou Amut-pi-El de Catna e vinte reis seguem Yarim-Lim de Yamkhad (Van De Mieroop 2005).

A carta documenta uma briga por hegemonia entre vários poderosos reis que foi promulgada através do controle de numerosos vassalos reais, cada qual mantendo poder em sua própria cidade-estado. Na realidade, a persistência dessas cidades-estado e de menores reinos na Sirio-Palestina ajudou alimentar alguns dos padrões da “era internacional” que se sucede. Na Era do Bronze Tardia (1600-1200 AEC), os crescentes reinos territoriais do Oriente Próximo (Egito, Babilônia, os Hititas, os Mitani e, eventualmente, os Assírios) normalmente disputavam controle sobre o espaço além de suas fronteiras através de estados vassalos que, mais comumente, permaneceram como cidades-estado. Como vimos com a formação inicial das cidades-estado no sul da Mesopotâmia, essa virada de eventos também foi muito influenciada pelos fatores topográficos e ambientais.

As cidades-estado do Levante surgiram em áreas de agricultura de sequeiro nas quais as cidades eram mais dispersadas na região. Além disso, a topografia do Levante, com suas montanhosas regiões e separada por vales fluviais, dificultaram com que os monarcas locais efetivamente criassem estados territoriais em mais do que pequenas escalas. As cidades costeiras em particular provaram-se difíceis de incorporar em reinos maiores. Isso era válido para toda a era do imperialismo no primeiro milênio AEC, quando as cidades Fenícias, sucessoras das cidades Canaã da Era do Bronze, mantiveram alguma parte de sua independência até mesmo face do poder do Império Assírio. Em certos aspectos, essas cidades-estado tardias podem ter tido uma base econômica diferente de seus predecessores Mesopotâmicos. Eles não se baseavam em agricultura de irrigação e normalmente tinham a consciência mais engrenada para a organização do negócio e do comércio interestatal. Ao mesmo tempo, a operação dessas comunidades, e o funcionamento de seus governos, permaneceu bem similar ao de cidades-estado arcaicas. Mesmo que eles tivessem que negociar sua existência entre estados maiores,

as últimas cidades-estado do Oriente Próximo mostram a influência contínua da ideia do vibrante e independente ambiente urbano.

A IDEOLOGIA DA VIDA URBANA

Venha, eu vou te levar para a praça da cidade de Uruk,
ao templo sagrado, a casa de Anu!
Enkidu, levante-se, deixe-me te levar
ao templo de Eanna, a casa de Anu,
onde homens estão compromissados com trabalhos de destreza,
você também, como um homem, encontrará um lugar para si mesmo (Goerge 1999, 12).

Com essas palavras do Tablete II da Épica de Gilgamesh, Shamhat convidou Enkidu para segui-la à cidade de Uruk onde ele se tornaria um associado do rei. Uma vez lá, as palavras dela deixam claro, ele vai se tornar parte da comunidade, em verdade ele poderá cumprir seu destino como um homem. Como convinha a terra original da cidade-estado, a Mesopotâmia antiga era uma sociedade urbana e os mesopotâmicos desenvolveram uma ideologia cidade-centrada que possibilitou o complexo desenvolvimento social associado à formação do estado. A Épica de Gilgamesh vem até nós como uma composição acádica que atinge sua forma básica no início do segundo milênio AEC, no minguante da era das cidades-estado; mas tinha seus antecedentes nas histórias sumerianas sobre o lendário Gilgamesh que datam do terceiro milênio AEC e do apogeu das cidades-estado.

A épica privilegia estas coisas, assar pão e fermentar cerveja por exemplo, que eram aspectos cruciais da vida urbana na Mesopotâmia agrária. É notável que esses também eram, junto com óleo e têxteis, as rações primárias providas pela administração redistributiva de instituições centrais da cidade. Ademais, o processo pelo qual Enkidu foi civilizado pode ser descrito tanto como tecnológico quanto espacial. Ele foi introduzido aos costumes da sociedade urbana, comendo, se vestindo e encaixando entre eles, enquanto ele se aproximava da cidade em si.

Em algum ponto, a épica expressa algumas reservas sobre as qualidades redentoras da vida na cidade. Em seu leito de morte, o herói Enkidu lamentou ter deixado para trás sua existência despreocupada nas estepes, e ele amaldiçoou Shamhat por trazer a ele a civilização. O deus do sol Shamash, deidade da justiça e do julgamento, imediatamente o corrigiu.

Oh Enkidu, por que amaldiçoar Shamhat, a prostituta,
Quem te alimentou com pão que era digno de um deus,
E lhe serviu cerveja digna de um rei,
Quem te vestiu com roupas esplêndidas,
E lhe arranhou como companheiro o belo Gilgamesh?
(George 1999, 58).

Nossa noção moderna de que as origens da civilização começam com a criação da cidade seria, portanto, muito familiar à Mesopotâmia antiga. Aos habitantes do antigo Oriente Próximo, a cidade era virtualmente local para todas as atividades significantes.

O poder simbólico dessas cidades era sua habilidade de prover subsistência e proteção. Essa proteção era tanto humana quanto divina. A cidade como estabelecimento de autoridade tanto secular quanto divina garantia aos seus residentes seguranças de um ambiente comumente hostil. Dentro do ambiente relativamente plano do sul da Mesopotâmia, as cidades em si eram os traços mais proeminentes da paisagem das planícies aluviais. Visível à grandes distâncias, as muralhas das cidades, e os templos que se ergueram a alturas ainda maiores dentro delas, eram, tanto pontos de referência, quanto testamentos das façanhas humanas. É de se admirar que a maior conquista de Gilgamesh, e a garantia de sua enganosa imortalidade, foi sua atividade de construção (George 1999, 2).

O ponto de foco da cidade no Oriente Próximo antigo eram seus centros de culto. Nós também sabemos a partir de registros arqueológicos que esses centros de culto continuaram notavelmente fixos no espaço através do tempo. Na cidade de Eridu, investigações arqueológicas revelaram uma série de dezesseis templos todos construídos no mesmo local de um período do fim do sexto milênio AEC ao fim do terceiro milênio AEC, quando a cidade foi abandonada por causa de uma mudança no curso do Rio Eufrates. Através do tempo, o templo cresceu de uma sala para um massivo zigurate que se sobressai da cidade e dos planos ao redor (Postgate 1992, 25).

Através da literatura do antigo Oriente Próximo nós encontramos a ideia de que os deuses construía as cidades por si próprios. De fato, a fim de consolidar a supremacia da cidade da Babilônia no reino territorial do fim do segundo milênio AEC, a Épica da Criação

Babilônica coloca os deuses como construtores da cidade como casa de Marduk, seu novo rei coroado. Em particular, o templo foi visto como atual residência para o deus e, portanto, isso imbuía a com a presença divina que era claramente visível. Essa ideia era comum às culturas das cidades-estado através do Oriente Próximo. Dentro da literatura do antigo Oriente Próximo, a Bíblia Hebraica se destaca pela sua antipatia ao espaço urbano. De fato, até mesmo a admiração normal pelas qualidades produtivas dos fazendeiros fora subvertida quando Cain assassinou Abel. E mesmo assim, isso pode ser visto como uma clara resposta do primeiro milênio AEC ao poder de impérios baseados em vida urbana como a Assíria e a Babilônia. O grande templo na cidade de Jerusalém era um símbolo familiar e uma instituição urbana. A associação romântica com a pastorícia pode ser um reflexo de um passado seminômade, seja real ou imaginado, mas as bases urbanas para a comunidade israelita mostram uma continuidade essencial com ancestrais canaanitas em lugares como Ugarit, Biblos e Tiro.

Em tempos de conturbações políticas, os centros urbanos eram notavelmente estáveis. Pesquisas arqueológicas mostram que tempos difíceis podem ter levado ao amplo abandono de sítios remotos, mas não das cidades maiores. Com algumas poucas exceções (como Eridu ao fim do terceiro milênio AEC) as cidades eram extraordinariamente duráveis através do tempo mesmo quando os assentamentos menores que as cercava não eram (Postgate 1994, 50). Essa permanência não era apenas física, mas também ideológica. Muito após as cidades independentes do Oriente Próximo serem submetidas por estados maiores, as cidades continuaram a exercer um tremendo poder político e significância ideológica.

REALEZA E OUTRAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS NA CIDADE-ESTADO

Deixando de lado sua arquitetura monumental, o símbolo mais chamativo da cidade-estado no antigo Oriente Próximo era o rei. A lenda suméria de Gilgamesh e Akka proclama, “Você vigia Uruk, o trabalho braçal dos deuses, a grande muralha. Você é seu rei e guerreiro, uma pessoa exuberante, um amado príncipe de Anu”. (Tradução sobre o Corpo de Texto Eletrônico da Literatura Suméria, etcsl.orinst.ox.ac.uk). O rei era um líder da cidade escolhido pelo divino. Suas decisões poderiam ser discutidas, mas não questionadas. Como vimos anteriormente, a evolução dessa posição de autoridade não é clara pois suas origens vêm da pré-história. A associação do rei com sanções divinas mostra que as origens do poder estatal estavam associadas com o aumento de poder dos centros de culto. O poder coercivo do

monarca, portanto, é procedido de sua associação direta aos deuses. As pouco compreendidas cerimônias sagradas, nas quais reis da Mesopotâmia arcaica performavam rituais sexuais com altas sacerdotisas, ao menos atesta essa conexão próxima (Bahrani 2002).

Isso não significa, contudo, que podemos retornar com conforto para a datada noção de cidade-templo (Falkenstein 1974; Foster 1981; mas veja também Gelb 1971). Enquanto evidências como o Vaso de Uruk foram interpretadas de maneira a apoiar a ideia de um padre-líder arcaico, essa é uma suposição especulativa na ausência de evidências mais claras. A terminologia de liderança no sumério passou por algumas mudanças através do curso do terceiro milênio AEC. Os líderes arcaicos das cidades eram identificados pelo termo *en* ou *lorde*, título que pouco depois foi reservado para o sacerdócio. Ao meio do terceiro milênio AEC, os títulos *lugal* e *ensi* apareceram como designações para os líderes da cidade. O termo anterior, que significa “grande homem” em sumério, é comumente traduzido como “rei”. O termo posterior é usualmente como “governante” (e talvez melhor entendido como “administrador”; veja Wilcke 2007, 28-30); e esse título sobreviveu à era dos estados territoriais como um termo para governadores das cidades subordinados à autoridade real. Essa “evolução” de títulos também foi alegada como evidência da proeminência arcaica de um padre-líder.

Além disso, o palácio como uma localização física para a realeza entrou relativamente tarde nos registros arqueológicos. O palácio como um componente distinto de arquitetura da cidade apareceu primeiramente no Período Dinástico Arcaico, se tornando perceptível para arqueólogos perto do meio do terceiro milênio AEC. Palácios eram comumente localizados às margens de centros urbanos, sugerindo que eles foram desenvolvidos tardiamente e não foram encaixados em qualquer que fosse o planejamento urbano inicial que pode ter tomado lugar. Isso não significa que não existia uma autoridade secular central, mas que os palácios podem ter sido uma expressão do consumo conspícuo pela crescente elite real (Van De Mieroop 2002). No que diz respeito aos registros históricos, a autoridade secular sempre existiu nas cidades-estado do antigo Oriente Próximo.

O papel do rei nas cidades-estado do Oriente Próximo era mais comumente associado ao de um pastor nos textos. O rei como pastor protegia seu povo do mundo em sua volta e deles próprios. Isso necessitava primeira e principalmente da manutenção de necessidades urbanas, como muralhas e plataformas de templos, um processo que ilustra os caminhos diretos nos quais a ideologia da vida urbana se torna central para expressões da autoridade real. Apenas na cidade os homens poderiam compreender seu potencial e a cidade em si só poderia ser mantida através das ações corretas do rei. Não é de se surpreender então que os esforços realizados pelos reis

para documentar essas atividades eram tão prolíficos. De fato, textos homenageando atividades de construção (ou de reconstrução) são as inscrições reais mais comuns da antiga Mesopotâmia que sobreviveram. A ideia de um rei como pastor de seu povo vai muito além de cuidar dos arredores físicos da cidade e incluía uma preocupação direta pelo bem-estar dos habitantes da cidade-estado. Uma das expressões mais antigas disso vem das chamadas reformas de Uru'inimgina, um governador de Lagash (ca. 2400 AEC).

Ele limpou e cancelou as obrigações daquelas famílias servis, cidadãos de Lagash, que viviam como devedores:

Uru'inimgina prometeu solenemente a Ningirsu que ele jamais subjugaria os órfãos e as viúvas aos poderosos. No mesmo ano, ele cavou o canal de Tugirsu'ituka para Ningirsu...

O canal é puro, seu leito é claro – que ele possa (sempre) trazer água corrente à Nanshe! (Cooper 1986, 73).

O rei exercia poder tanto sobre o ambiente social quanto o físico. Ele poderia perdoar dívidas e também trazer água aos campos e à cidade. Claramente, o rei detinha controle sobre a administração da justiça, da economia e do exército. Para ajudá-lo em seus vários empreendimentos, uma série de hierarquias se desenvolveram para prover oficiais que reforçassem as determinações da coroa. Isso levou à criação de uma elite urbana dependente da figura do rei para manter sua posição. Como resultado, o rei se mantinha na cabeça de múltiplas organizações (Van De Mieroop 1997^a, 119). Em seu papel mais proeminente, amplamente documentando em inscrições reais textos literários, o rei era um líder de estado. O rei também era o cabeça de sua própria família⁷, que era a chefe social, econômica e presença militar na cidade, e à qual muitos dos oficiais da cidade-estado pertenciam.

Podemos identificar três grupos de pessoas nas cidades-estado do Oriente Próximo, e cada grupo pode ser posicionado precisamente por sua relação com a família real. Abaixo do rei estavam os oficiais encarregados das várias instituições do estado. Esses eram padres, supervisores de celeiros, inspetores de várias atividades agrícolas e de construção, e assim por diante. Esses oficiais comumente supervisionavam diretamente o trabalho de trabalhadores dependentes que estavam na base do sistema. Entre os oficiais e os trabalhadores dependentes existia um grande grupo de profissionais urbanos e artesãos, como mercadores, ferreiros, arautos, fazendeiros com mais dinheiro, entre outros. Junto dos oficiais, esse grupo

⁷ Nota de tradução livre, no original o autor utiliza o termo “household”, que pode ser traduzido como “casa” (no sentido de linhagem) ou “família”. Nesta tradução, ambos foram utilizados buscando não se perder o sentido original do termo em cada situação específica.

compreendia o segmento da sociedade que podemos considerar ser análogos a cidadãos da cidade-estado. Esses eram os indivíduos livres que eram claramente subordinados à autoridade real, mas que eram muitas vezes livres para agir além de seu controle direto. A grande classe de trabalhadores dependentes semi-livres pode ser distinguida desse grupo pois eles eram mantidos, em grande parte, pelo sistema de ração que era o centro da economia redistributiva dessas cidades-estado. É claro que ao longo Oriente Próximo da antiguidade também existiam escravos nessas comunidades, mas tanto seus impactos sociais quanto os econômicos eram mínimos. Além disso, eles não detinham participação política.

A cidade-estado era caracterizada pelas outras instituições do governo que eram marcadamente menos autoritárias que a coroa. Assembleias eram uma parte proeminente da vida diária nas cidades. Elas estão atestadas em gravações textuais tanto de nosso corpus literário quanto do administrativo. Não existe uma palavra suméria ou acádio para “cidadão”, mas claramente existia um entendimento de residência em uma cidade e de participação na comunidade que se aproxima à nossa noção de cidadania (Van De Mieroop 1997^a). Essa noção era baseada em participação nas instituições urbanas como as assembleias. Assembleias eram uma característica de textos literários arcaicos, como a história de Gilgamesh e Akka. Nesse conto, Gilgamesh é confrontado com uma demanda de Akka, o rei de Kish, de que se submetesse à sua autoridade. Gilgamesh apresenta esse dilema ante duas assembleias, à dos anciões da cidade e à dos homens sãos de corpo da cidade. O episódio faz paralelo a um evento similar na Épica de Gilgamesh quando os dois mesmos corpos eram consultados sobre a missão de Gilgamesh e Enkidu de assassinar Humbaba. Em ambos os casos, houve uma decisão dividida com o corpo mais jovem argumentando pela ação, mas em nenhum dos exemplos o rei fora limitado pelas decisões desses corpos deliberativos. Assembleias também aparecem em textos míticos descrevendo a comunidade divina. Baseado em grande medida nessas referências literárias, Thorkild Jacobsen desenvolveu uma influente teoria da democracia primitiva na Mesopotâmia (Jacobsen 1943, 1957). Ele argumenta que essas assembleias haviam anteriormente mantido uma grande autoridade nas comunidades mesopotâmicas, mas com o surgimento da realeza às tornou impotentes nas eras históricas.

Sabemos a partir de textos administrativos e legais mais recentes que as assembleias continuaram a ter um papel na Mesopotâmia ao longo da antiguidade (Van De Mieroop 1997^a, 118 – 141, onde ele também encaminha a difícil questão de se as mulheres poderiam fazer parte dessas assembleias, caso em que não se tem evidência conclusiva; Fleming 2004; Seri 2005). As assembleias aparentemente cuidavam de uma variedade de problemas locais, incluindo o

juízo de certos crimes, ao lado do rei. Em contraste à visão de Jacobsen sobre as assembleias como um resqúcio de um governo arcaico e mais consensual, as assembleias, e os direitos de residentes urbanos, na verdade aumentaram ao longo do tempo no Oriente Próximo. Marc Van De Mierop aponta uma maior influência da população urbana nas decisões políticas em eras posteriores (Van De Mierop 1997^a). Isso é contrário às nossas expectativas baseadas em modelos evolucionários tradicionais para a compreensão do desenvolvimento político no Oriente Próximo antigo; mas é em algum ponto uma consequência lógica do crescimento e posterior eclipse das cidades-estado. Ao passo em que a autoridade real reside em cada um dos centros urbanos do Oriente Próximo, havia um alcance mais limitado de atividade e autoridade para as assembleias. Quando, na era das grandes políticas, o rei era uma figura distante, ele foi obrigado a depender mais diretamente desses corpos.

Nossa visão do governo da cidade-estado no Oriente Próximo continua focada mais diretamente sobre o rei e seus oficiais. O rei era encarregado de construir e manter a cidade e seus arredores, protegendo a cidade e seus residentes, e da administração da justiça. Para alcançar esse objetivo, o rei se localizava no centro de uma economia redistributiva sobre a qual seu controle dos meios de produção era bastante extenso. Para supervisionar esse sistema, o rei confiava em um grande grupo de oficiais que deviam suas posições ao próprio rei.

A ADMINISTRAÇÃO DA ECONOMIA INTEGRADA

O desenvolvimento da cidade-estado dependeu da habilidade de comunidades predominantemente agrárias para gerar excedente e depois da elite para criar maneiras pioneiras de apropriar esse excedente para propósitos comunitários. A maneira como essas duas coisas foram conquistadas determinou grande parte da organização social da cidade-estado. A pedra-chave básica dessas comunidades era a família. Os padrões econômicos das cidades-estado do Oriente Próximo eram baseados inteiramente em interações entre famílias grandes e pequenas. As redes sociais resultantes eram o produto das negociações entre essas famílias. Em muitos casos, essas negociações eram coercivas, mas também eram baseadas nas ideologias compartilhadas da vida urbana que se estabeleceram na Mesopotâmia ao longo do quarto e terceiro milênio AEC.

A família (em sumério, *é*) era a unidade socioeconômica essencial para toda a antiguidade do Oriente Próximo arcaico. A importância da família pode ser vista na identificação de templos como “a casa do deus” (*é* DN), e na identificação do palácio como “a

grande casa” ou “a casa grandiosa” (em sumério, *é-gal*, composto pelo termo *é* mais *gal*, que significa grande). Os mesopotâmicos antigos modelaram o mundo divino a partir de suas próprias comunidades. Nós já vimos esse aspecto na existência das assembleias divinas, mas também podemos ver isso tão claramente quanto no fato de que os deuses em suas “casas” e tinham de ser providos. De fato, assim como os templos foram imaginados como famílias, a cidade inteira era vista como a família de sua deidade patrona. Essa noção de família alimentou diretamente tanto a organização social quanto a política das cidades-estado. Assim, a autoridade secular do rei era entendida como uma representação dos interesses do seu deus na administração da cidade.

Essa ênfase na família pode ser vista nas tradições literárias ao longo do antigo Oriente Próximo. No mito de Ugariti Ba’lu, uma das principais preocupações é a falta de uma família para um dos deuses principais.

Você tem boas notícias Ba’lu!
Eu lhe trago boas notícias!
Eles podem construir para você uma casa como aquelas de teus irmãos,
Uma corte como aquelas dos teus parentes.
Convoque uma caravana para sua casa,
Bens para seu lar;
Deixe as montanhas lhe trazerem quantidades massivas de prata,
Deixe as colinas lhe trazerem o mais fino ouro,
Então construa uma casa de prata e ouro,
Uma mansão do mais puro lápis-lazúli (Pardee 2003).

O lugar de um indivíduo na sociedade era baseado na sua associação com uma família em particular. A coisa mais significativa para indivíduos era ser membro de um agregado familiar. E para os cabeças dessas famílias, isso provavelmente significava privilégios e responsabilidades adicionais, como a filiação à assembleia local. Vários oficiais, especialmente padres e militares, pertenciam à uma das grandes casas institucionais, como o templo e o palácio, e por isso tinham mais de uma afiliação familiar.

Ao argumentar pelo desenvolvimento de uma forte autoridade central nas cidades da Mesopotâmia mesmo que muito cedo no Período Uruk, não estou sugerindo que casas individuais perderam ou abdicaram de toda sua habilidade de exercer agência nas suas relações socioeconômicas com a comunidade urbana. Ao mesmo tempo, o fato de que o estado detinha

tanto controle sobre recursos e interações sociais na cidade e seus arredores era uma marca registrada da formação do estado e da criação de uma elite. As cidades-estado do Oriente Próximo eram caracterizadas por uma economia tributária (Pollock 1999, 79). A extração de recursos das vilas e terras próximas possibilitou para a coroa organizar a capacidade produtiva da cidade. Isso levou à apropriação de muitos dos bens coletivos e a sua distribuição. Isso não significava, contudo, que todas as famílias estavam diretamente sob a autoridade do rei. Através do antigo Oriente Próximo profissionais urbanos detinham uma significativa liberdade econômica, junto de um significativo acesso aos vários meios de produção. A figura 3.1 é uma representação esquemática das várias casas econômicas e suas interações.

Obviamente havia mais flexibilidade no sistema do que ficou sugerido aqui. Alguns artesãos, como oleiros, podiam ser trabalhadores dependentes que faziam serviços de meio período para casas institucionais e para sua própria casa. Escravos eram parte de muitas dessas casas, tanto das grandes instituições quanto de famílias individuais menores. Dentro das instituições maiores, especialmente nos templos, existiam oficinas inteiras de escravos produzindo coisas como têxteis. Além disso, haviam circunstâncias nas quais casas menores e independentes podiam adquirir acesso à trabalhadores dependentes através de suas relações com casas institucionais.

Cada casa, e cada segmento da economia, tinha obrigações a cumprir para com as autoridades centrais da cidade-estado. Essas obrigações vinham em numerosas formas. Dentro da economia institucional a maior parte da produção era reservada para uso oficial e para redistribuição. Para a casa não-institucional haviam responsabilidades de corveia, assim como pagamentos a serem feitos à coroa em troca pelo acesso a recursos. Tudo isso necessitava do aumento da administração central para monitorar a atividade econômica e engendrar um planejamento. Esses oficiais comumente se voltavam para outros profissionais urbanos para conseguir ajuda em suas tarefas. As grandes instituições então se voltavam para profissionais, como mercadores, para trocar mercadorias a granel por outros commodities ou metais preciosos.

O crescimento do poder estatal foi conquistado em cooperação com grupos locais, como os pastores e mercadores, que comumente performavam funções especializadas. De forma crítica, esses indivíduos, muitas vezes organizados em grupos profissionais, tinham um grande acordo de independência com a coroa. A filiação com organizações profissionais era na maioria das vezes hereditária e as hierarquias das profissões eram baseadas em critérios como lações com a realeza, sobre os quais o estado não tinha controle direto. Mesmo durante esses episódios

de empoderamento estatal que acompanhavam a formação dos estados territoriais arcaicos, a casa real dependia fortemente de grupos locais e regionais para fazer mais eficiente sua administração da economia. Podemos ver isso muito claramente na operação dos mercadores ao fim do terceiro milênio AEC (Garfinkle 2008b). Longe da imposição de uma burocracia centralizada e racional, o que realmente ocorreu foi um crescimento em escala da família do rei e de sua dependência nos meios de produção tradicionais. Portanto, os reis jamais poderiam exercer o tipo de controle econômico autoritário sobre as cidades-estado que muitas vezes lhes é atribuído.

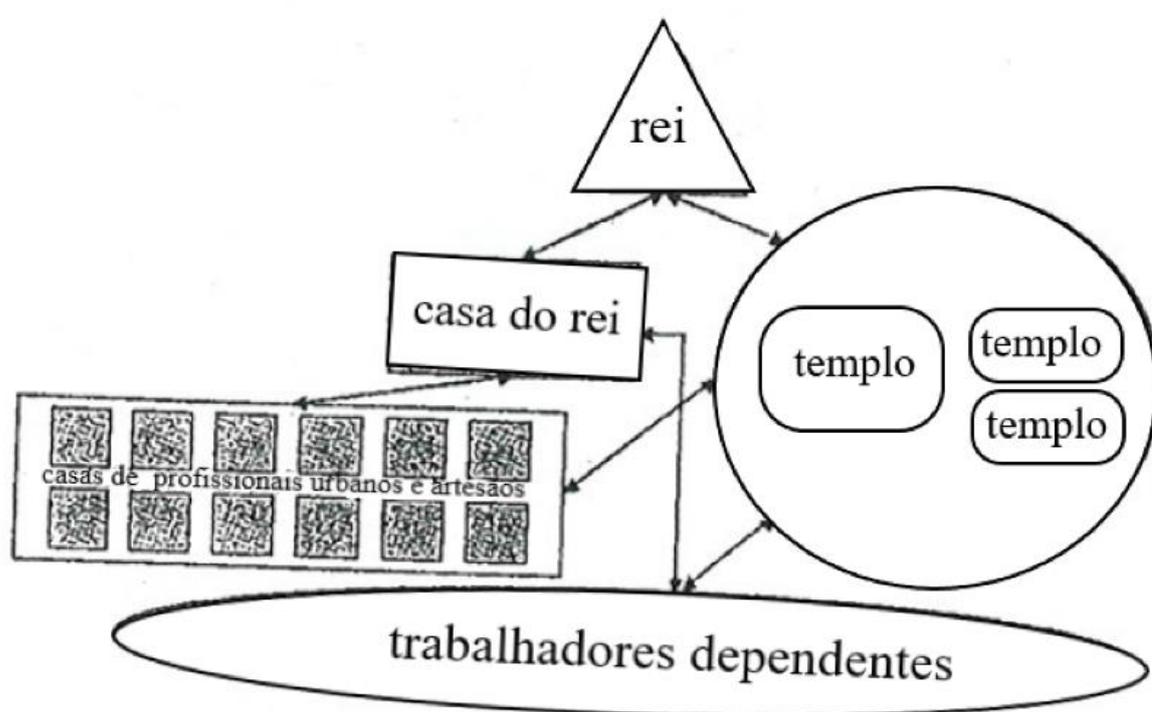


Fig. 3.1 Uma representação da economia da cidade-estado.

A característica fundamental da economia da cidade-estado mesopotâmica era a administração da economia agrária e dentro desse setor o fator mais crítico era a aquisição de mão de obra, não da terra. Existiam tanto soluções temporárias quanto permanentes às crises causadas pela falta de disponibilidade de mão de obra. Em uma base temporária, virtualmente todos os residentes da cidade-estado eram alvos da corveia. Eles eram requisitados, na maioria das vezes em momentos do ano em que a procura por trabalho agricultor era baixa, para trabalhar em projetos civis e para servir ao exército. Mais permanentemente, uma porcentagem substancial da população era formada de trabalhadores dependentes, ligados à uma instituição que os sustentava com rações. Dentre os trabalhadores dependentes, muitos recebiam rações por apenas uma parte do ano e eram esperados para trabalhos em lotes de subsistência ou

arranjarem outro serviço. Dentro do sul da Mesopotâmia, deve-se prestar atenção particular às idiossincrasias agricultoras: campos de cevada poderiam não ter uma administração tão produtiva no setor não-institucional, daí a prevalência do usufruto⁸; enquanto que os pomares poderiam ser administrados de maneira efetiva por casas não-institucionais, daí a proeminência de registros de alienação de tais terras (junto de registros da venda de terras urbanas para lares).

Juntamente das restrições impostas pelo ambiente local, os mecanismos internos de troca eram um fator mais determinante na organização socioeconômica que questões como o comércio estrangeiro. Consequentemente, a proeminência da redistribuição para prover o vasto sistema de trabalhadores dependentes que caracterizava a Mesopotâmia arcaica. Essa era uma economia na qual escravos, muito em causa do alto custo de sua manutenção, não eram economicamente significantes. E a escravidão por dívidas, que era lugar comum, fora fonte de grande preocupação para a administração central pois essa afetava a disponibilidade de trabalhadores dependentes.

Tudo isso leva, em essência, ao sistema social tripartido que mais tarde foi refletido nas Leis de Hamurabi: homem livre, plebeu, escravo (Roth 1997). Politicamente, como explicado anteriormente, os ofícios reais e profissionais urbanos constituíam uma categoria primária, enquanto a maioria dos residentes da cidade se encaixavam numa categoria secundária. A palavra acádica para “plebeu” é um participio que se traduz diretamente como “alguém que se curva perante outrem”, essencialmente, uma forma abreviada para trabalhador dependente.

Com o crescimento da população urbana, através do curso do quarto e o início do terceiro milênio AEC, a administração central mudou sua ênfase sobre a organização da distribuição de excedente do produto rural e o comércio de bens, e o controle de alguns servos da corveia na manutenção de canais e de obras públicas, para abraçar também a administração da produção. Isso estabeleceu padrões para a economia tributária que se mantiveram característicos às cidades-estado ao longo de sua história no antigo Oriente Próximo. Evidências mostram que essa característica também foi verdade para além da área do sul da Mesopotâmia, que foi onde se desenvolveu primariamente. Até mesmo centros costais, como Ugarit, tomaram medidas parecidas nas suas terras agrárias interioranas (Heltzer 2003).

Os funcionários letrados desses grupos administrativos não eram burocratas na concepção moderna. Isso não era uma burocracia racional, mas uma administração patrimonial na qual os princípios de organização das grandes casas eram estendidos em escala e autoridade

⁸ Nota do tradutor: prevalência do usufruto em vez de ser criar produção excedente para distribuição.

(Garfinkle 2005, 2008^a; Scholen 2001). Esse modelo também serviu para apoiar a criação de políticas mais vastas que se desenvolveram no antigo Oriente Próximo. A ascensão do estado territorial foi possibilitada através de instituições, as militares se destacando entre elas, que eram construídas sobre modelos patrimoniais e ligadas as casas das famílias governantes.

SISTEMAS LEGAIS E MILITARES NA CIDADE-ESTADO

Como vimos, as intersecções das economias institucionais e não-institucionais, e as interações dentre as numerosas casas individuais urbanas, demandavam do desenvolvimento de não apenas um conceito de justiça, mas também de um sistema legal para resolver reivindicações opositoras. Concomitante à essa necessidade de proteger os residentes da cidade-estado uns dos outros estava a necessidade de protegê-los dos estrangeiros. Os forasteiros poderiam ser residentes de cidades vizinhas e competidoras, como vimos no conflito de fronteira entre Lagash e Umma de meados do terceiro milênio AEC, ou poderiam ser completos estrangeiros advindos das terras “não-civilizadas” além das margens do sistema cidade-estado. A cidade-estado precisava de um aparato militar para suprir essas necessidades, tanto defensivas quanto ofensivas. Substancialmente, essas necessidades criaram novos cargos públicos, cujas funções os ligavam ainda mais proximamente à casa real e aqueles que apoiavam o crescente poder social da realeza.

Uma característica marcante do antigo Oriente Próximo, e da Mesopotâmia mais especificamente, é que ele fora relativamente aberto a imigrantes ao longo de sua história (Yoffee 1988). Isso foi o resultado tanto de fatores sociais quanto geográficos. A abertura das planícies da Mesopotâmia sem dúvida levou a uma massiva fortificação dos centros urbanos. Também foi responsável por criar a necessidade de um exército para guardar suas muralhas e defender os portões da cidade. O exército nas cidades-estado era baseado nos mesmos princípios da servidão por corveia que os reis usavam para seus projetos de obras públicas. Não há evidência de enormes exércitos permanentes⁹ nas cidades-estado arcaicas da Mesopotâmia. Podemos imaginar que dentro da família real, os princípios de uma corporação oficial emergiram para comandar as ocasionais arrecadações de taxas dos residentes. Em verdade, a estrutura militar talvez apresente o maior contraste entre a organização das cidades-estado e dos reinos territoriais sucessores. Os maiores reinos foram pioneiros no uso de exércitos permanentes, e as forças armadas se tornaram um novo atalho para se obter *status* de elite dentro

⁹ Nota de tradução livre, no original: “standing armies”, que se refere à exércitos profissionais/permanentes.

da comunidade. Esse já era o caso no século vinte e quatro AEC no primeiro grande experimento com a formação de um grande estado no Oriente Próximo, o de Sargão da Acádia. Ele afirmou que “5400 homens comiam diariamente na presença de Sargão, rei do mundo, a quem o deus Enlil não deu rival algum” (Frayne 1993, 29). Essa declaração é comumente interpretada como uma evidência de um exército permanente. Nas inscrições dos reis de Acádia nós encontramos frequentes referências às suas numerosas cidades guerreiras e seus exércitos. Os exércitos daquelas cidades foram montados a partir de tributos dos homens saudáveis que cumpriam suas obrigações trabalhistas e sob a direção de membros da casa do rei.

Sargão e seus sucessores também afirmavam ter atracado os navios de terras estrangeiras, normalmente vindos do Golfo Pérsico e além, em suas docas. Essas afirmações lembram aquelas dos governadores de cidade-estado do Período Dinástico Arcaico. Havia um claro valor de propaganda nestas reivindicações, especialmente quando demonstram que o rei detinha acesso à recursos normalmente preciosos como madeira, cobre e lápis-lazúli. Essas asserções, contudo, devem ser entendidas como referências ao comércio e não à conquista.

Não obstante, a guerra era economicamente significativa para as cidades-estado. Em seus conflitos com vizinhos, as cidades-estado estavam defendendo a rica terra agricultora sobre a qual se baseava sua prosperidade. O século e meio de guerra entre as cidades de Lagash e Umma foi o caso mais extremo. De fato, parte da queixa de Lagash era baseada no fato de que Umma, presumidamente, tinha de pagar juros para seus vizinhos pelo direito de colher parte dos campos de fronteiras. Se dizia que eles deviam somas enormes. Mesmo nos permitindo uma certa quantidade de hipérbole, podemos ver como a expansão do território agricultor podia ser um fator crítico no engendramento de riquezas para a cidade-estado. Além disso, a guerra levava à aquisição de butim e a proteção das rotas de comércio, ambos característicos da política estatal ao longo da história do antigo Oriente Próximo.

O exército permitiu que os reis das cidades-estado cumprissem sua promessa de proteger a cidade de forasteiro. Como vimos, era requisitado ao rei que esse vigiasse as muralhas e projetasse a imagem de um poderoso guerreiro. Ao mesmo tempo, esses reis fizeram o mesmo voto para proteger os fracos dentro da cidade. Isso requisitava a administração de um sistema judiciário efetivo e cortes de lei. Uma preocupação pela justiça é evidenciada não somente por textos proeminentes como as reformas de Uru'inimgina, mas também na presença de contratos e registros de venda. A administração da justiça era uma responsabilidade compartilhada entre o rei e instituições cívicas como as assembleias. A habilidade do rei para cumprir com essa responsabilidade era uma das principais formas de julgar o sucesso de seu reino. Em seu esforço

para convencer as comunidades previamente independentes que agora estavam sob a autoridade da apropriada natureza de seu governo, o Rei Hamurabi proclamou:

Naquele tempo, os deuses... me nomearam pelo meu nome; Hamurabi, o príncipe piedoso, que venera os deuses, para fazer a justiça prevalecer nestas terras, para abolir os maus e a maldade, para prevenir que o forte oprima o fraco, para me levantar como o deus do sol Shamash sobre toda a raça humana, para iluminar o solo (Roth 1997, 76-77).

COLAPSO: O CRESCIMENTO DO ESTADO TERRITORIAL E O FIM DAS CIDADES-ESTADO NO ORIENTE PRÓXIMO?

O crescimento do reino territorial na Mesopotâmia nos estágios tardios do terceiro milênio AEC trouxeram o fim da proeminência da cidade-estado. Dada a importância dos diferentes centros urbanos e as firmadas ideologias da cidade-estado, não é surpresa que este foi um processo demorado. Houveram sucessivas experiências com estados territoriais e levou séculos para que a ideia se enraizasse. Como já vimos, a Lista de Reis Sumérios é um atestado das difíceis negociações ideológicas que tomaram lugar. O sucesso de grandes estados territoriais dependia da habilidade de seus novos governadores de tomar o cuidado necessário com os vários centros urbanos presentes dentro de seus estados (Roth 1997, 76-81). Os centros urbanos permaneceram parte proeminente tanto da paisagem social quanto física. A criação de políticas maiores era na verdade dependente da habilidade do governante de coagir, e em muitos casos cooptar, as elites urbanas das antigas cidades-estado. Essas elites se posicionaram no centro das redes ideológicas e redistributivas das cidades, especialmente como padres, administradores e oficiais militares.

A era na qual cidade-estado fora a forma dominante de comunidade política no Oriente Próximo durou entre o quarto milênio AEC até o começo do segundo milênio AEC. Mesmo após esse longo período, as cidades-estado permaneceram sendo uma parte vital do Oriente Próximo nas áreas periféricas e costais à despeito do crescimento dos estados territoriais e imperiais. De fato, enquanto regimes individuais no Oriente Próximo eram comumente frágeis e frequentemente não duravam uma única dinastia, as cidades eram a mais durável expressão da civilização. Uruk, a maior e mais antiga das cidades-estado mesopotâmicas, ainda estava entre os maiores e mais produtivos centros urbanos dos impérios Neobabilônico e Aquemênida três mil anos após sua aparição nos registros históricos.

REFERÊNCIAS

- Adams, R. McC. 1981. *The heartland of cities: Surveys of ancient settlement and land use on the central floodplain of the Euphrates*. Chicago.
- Adams, R. McC. 2008 "An interdisciplinary overview of a Mesopotamian city and its hinterlands." *Cuneiform Digital Library Journal* 1.
- Algaze, G. 1993. *The Uruk world system*. Chicago.
- Algaze, G. 2008. *Ancient Mesopotamia at the dawn of civilization: The evolution of an urban landscape*. Chicago.
- Bahrani, Z. 2002. "Performativity and the image: Narrative, representation, and the Uruk Vase." In E. Ehrenberg, ed., *Leaving no stones unturned: Essays on the ancient Near East and Egypt in honor of Donald P. Hansen*, 15–22. Winona Lake, IN.
- Cooper, J. 1983. *Reconstructing history from ancient inscriptions: The Lagash-Umma border conflict*. Malibu, CA.
- Cooper, J. 1986. *Sumerian and Akkadian royal inscriptions, I: Presargonic inscriptions*. New Haven, CT.
- Dahl, J. 2007. *The ruling family of Ur III Umma: A prosopographical analysis of an elite family in southern Iraq 4000 years ago*. Leiden.
- Ehrenberg, E., ed. 2002. *Leaving no stones unturned: Essays on the ancient Near East and Egypt in honor of Donald P. Hansen*. Winona Lake, IN.
- Falkenstein, A. 1974. *The Sumerian temple city*. Malibu, CA.
- Fleming, D. E. 2004. *Democracy's ancient ancestors: Mari and early collective governance*. Cambridge.
- Foster, B. 1981. "A new look at the Sumerian temple state." *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 24: 225–241.
- Frayne, D. 1993. *Sargonic and Gutian periods (2334–2112 BC)*. Toronto.
- Garfinkle, S. J. 2005. "Public versus private in the ancient Near East." In D. C. Snell, ed., *A companion to the ancient Near East*, 384–396. Malden, MA.
- Garfinkle, S. J. 2008a. "Was the Ur III state bureaucratic? Patrimonialism and bureaucracy in the Ur III period." In S. J. Garfinkle and J. C. Johnson, eds., *The growth of an early state in Mesopotamia: Studies in Ur III administration*, 55–62. Madrid.
- Garfinkle, S. J. 2008b. "Silver and gold: Merchants and the economy of the Ur III state." In P. Michalowski, ed., *On Ur III times: Studies in honor of Marcel Sigrist*, 63–70. Boston.
- Garfinkle, S. J., and J. C. Johnson, eds. 2008. *The growth of an early state in Mesopotamia: Studies in Ur III administration*. Madrid.
- Gelb, I. J. 1971. "On the alleged temple and state economies in ancient Mesopotamia." *Studi in Onore di Edoardo Valterra* 6: 137–154.
- George, A. 1999. *The Epic of Gilgamesh*. London.
- Heltzer, M. 2003. "The Tithe in Ugarit." In W. W. Hallo, ed., *The context of scripture*. Vol. 3: *Archival documents from the biblical world*, 201–202. Leiden.
- Jacobsen, T. 1943. "Primitive democracy in ancient Mesopotamia." *Journal of Near Eastern Studies* 2: 159–173.

- Jacobsen, T. 1957. "Early political development in Mesopotamia." *Zeitschrift für Assyriologie* 52: 91-140.
- Liverani, M. 1997. "Lower Mesopotamian fields: South vs. north." In B. Pongratz-Leisten et al., eds., *Ana šadī Labnāni lū allik: Beiträge zu altorientalischen und mittelmeerischen Kulturen: Festschrift für Wolfgang Röllig*, 219-227. Neukirchen-Vluyn.
- Liverani, M. 2006. *Uruk: The first city*. London.
- Lomas, K., et al., eds. 2007. *Literacy and the state in the ancient Mediterranean*. London.
- Marcus, J., and J. A. Sabloff, eds. 2008. *The ancient city: New perspectives on urbanism in the Old and New World*. Santa Fe, NM.
- Michalowski, P. 2008. *Our Ur III times: Studies in honor of Marcel Sigrist*. Boston.
- Nichols, D. L., and T. H. Charlton, eds. 1997. *The archaeology of city-states: Cross-cultural approaches*. Washington, DC.
- Nissen, H. J. 1988. *The early history of the ancient Near East, 9000-2000 B.C.* Chicago.
- Nissen, H. J. 2001. "Cultural and political networks in the ancient Near East during the fourth and third millennia B.C." In M. Rothman, ed., *Uruk, Mesopotamia and its neighbors: Cross-cultural interactions in the era of state formation*. Santa Fe, NM.
- Nissen, H. J., P. Damerow, and R. K. Englund, 1993. *Archaic bookkeeping, writing and techniques of economic administration in the ancient Near East*. Chicago.
- Pardes, D. 2003. "Ugaritic Myths." In W. W. Hallo, ed., *The context of scripture*. Vol. 1: *Canonical compositions from the biblical world*, 242-283. Leiden.
- Pollock, S. 1999. *Ancient Mesopotamia*. Cambridge.
- Pollock, S. 2001. "The Uruk period in southern Mesopotamia." In M. Rothman, ed., *Uruk, Mesopotamia and its neighbors: Cross-cultural interactions in the era of state formation*, 181-231. Santa Fe, NM.
- Pongratz-Leisten, B., et al., eds. 1997. *Ana šadī Labnāni lū allik: Beiträge zu altorientalischen und mittelmeerischen Kulturen: Festschrift für Wolfgang Röllig*. Neukirchen-Vluyn.
- Postgate, J. N. 1992. *Early Mesopotamia: Society and economy at the dawn of history*. London.
- Postgate, J. N. 1994. "How many Sumerians per hectare?—probing the anatomy of an early city." *Cambridge Archaeological Journal* 4: 47-65.
- Robson, E. 2007. "Literacy, numeracy and the state in early Mesopotamia." In K. Lomas et al., eds., *Literacy and the state in the ancient Mediterranean*, 29-52. London.
- Roth, M. 1997. *Law collections from Mesopotamia and Asia Minor*. 2nd ed. Atlanta.
- Rothman, M., ed. 2001. *Uruk, Mesopotamia and its neighbors: Cross-cultural interactions in the era of state formation*. Santa Fe, NM.
- Sasson, J., ed. 1995. *Civilizations of the ancient Near East*. New York.
- Schloen, J. D. 2001. *The house of the father as fact and symbol: Patrimonialism in Ugarit and the ancient Near East*. Winona Lake, IN.
- Seri, A. 2005. *Local power in Old Babylonian Mesopotamia*. London.
- Snell, D. C., ed. 2005. *A Companion to the ancient Near East*. Malden, MA.
- Stone, E. C. 1995. "The development of cities." In J. Sasson, ed., *Civilizations of the ancient Near East*, 235-248. New York.
- Stone, E. C. 2005. "Mesopotamian cities and countryside." In D. C. Snell, ed., *A companion to the ancient Near East*, 141-154. Malden, MA.
- Trigger, B. 2003. *Understanding early civilizations*. Cambridge.

- Trigger, B. 2008. "Early cities: Craft workers, kings, and controlling the supernatural." In J. Marcus and J. A. Sabloff, eds., *The ancient city: New perspectives on urbanism in the Old and New World*, 53-66. Santa Fe, NM.
- Van De Mieroop, M. 1997a. *The ancient Mesopotamian city*. Oxford.
- Van De Mieroop, M. 1997b. "Why did they write on clay?" *Klio* 79: 7-18.
- Van De Mieroop, M. 2002. "In Search of prestige: Foreign contacts and the rise of an elite in Early Dynastic Babylonia." In E. Ehrenberg, ed., *Leaving no stones unturned: Essays on the ancient Near East and Egypt in honor of Donald P. Hansen*, 125-138. Winona Lake, IN.
- Van De Mieroop, M. 2005. *King Hammurabi of Babylon*. Malden, MA.
- Van De Mieroop, M. 2007. *A history of the ancient Near East, ca. 3000-323 BC*. 2nd ed. Malden, MA.
- Wilcke, C. 2007. *Early ancient Near Eastern law: A history of its beginnings*. Winona Lake, IN.
- Wilkinson, T. 1994. "The structure and dynamics of dry-farming states in upper Mesopotamia." *Current Anthropology* 35: 483-520.
- Yoffee, N. 1988. "The collapse of ancient Mesopotamian states and civilizations." In N. Yoffee and G. L. Cowgill, eds., *The collapse of ancient states and civilizations*, 44-68. Tucson, AZ.
- Yoffee, N., and G. L. Cowgill, eds. 1988. *The collapse of ancient states and civilizations*. Tucson, AZ.